



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO N° , DE 2004 (do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita que seja convidada a Sra. Ministra do Meio Ambiente para prestar esclarecimentos sobre o aumento da taxa de desmatamento e notícias de extinção da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convidar a Sra. Ministra do Meio Ambiente para prestar esclarecimentos sobre o aumento da taxa de desmatamento e notícias de extinção da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente.

JUSTIFICAÇÃO

A Revista Veja, em sua edição de 10 de abril de 2004, divulgou notícia sob o título “Corte na Selva”, segundo a qual:

“O Ministério do Meio Ambiente marcou para esta semana a extinção da Secretaria de Coordenação da Amazônia. Considerada um dos mais bem-sucedidos órgãos de desenvolvimento e preservação para a região, a repartição criada no governo FHC arrecadou mais de 600 milhões de dólares em doações e empréstimos para a Amazônia. Sem titular desde novembro do ano passado, e com o espólio já retalhado entre diversas seções do ministério, a ordem para o fechamento do órgão deverá sair nesta semana.”

No dia 12 de abril de 2004, a “Gazeta Mercantil” publicou:

“WWF pede ação contra desmatamento - ONG internacional alerta para as perdas de biodiversidade e impactos da expansão agrícola. O WWF (World Wide Fund) pediu ao governo brasileiro a adoção de medidas imediatas para deter a veloz devastação da Amazônia, a maior e mais importante floresta tropical do mundo, que em 2003 teve 23,7 mil km² desmatados, devido principalmente à expansão da agricultura em escala



CÂMARA DOS DEPUTADOS

industrial e da pecuária bovina.

Segundo os dados da unidade do WWF no Brasil, a maior porcentagem de desmatamento é registrada nas áreas classificadas pelos cientistas e pelo próprio governo como "essenciais para a conservação de diversas espécies amazônicas". Uma dessas áreas, afirma a organização, já desapareceu, enquanto outras cinco perderam metade de sua cobertura florestal. "É muito alarmante que, pelo segundo ano consecutivo, não haja sinais de que o desmatamento esteja diminuindo", disse Denise Hamu, representante do WWF no Brasil, que pediu que as autoridades do País respondam a esta questão "cumprindo seu compromisso de triplicar a área amazônica sob proteção legal". A organização ecologista destacou que, apesar de terem sido identificadas inúmeras áreas em situação biológica crítica, elas não foram declaradas áreas de proteção em 2003. Além disso, o WWF manifestou sua inquietação com o fato de alguns estados "terem reduzido o tamanho de seus parques nacionais e outros não terem atendido às necessidades de comunidades inteiras que foram desalojadas à força de suas terras tradicionais".

Para Chris Elliott, diretora do WWF, "os dados do governo sobre desflorestamento são alarmantes e mostram a necessidade de atuar rapidamente para transformar as áreas biologicamente mais importantes da Amazônia tanto em áreas estritamente protegidas, como em espaços onde o uso dos recursos é regulado e sustentável", afirmou. (...)

O jornal "Folha de São Paulo" de 08 de abril de 2004 publicou: "Desmatamento na Amazônia cresce 2% - total acumulado alcança 653 mil Km2 de floresta derrubada, área equivalente às de França e Portugal somadas":

A estimativa de desmatamento na Amazônia ficou em 23.750 km² para o período 2002-2003, segundo dados divulgados ontem pelo governo federal. Com isso, a região amazônica já perdeu 16,3% da área de floresta desde a década de 1970. São 653 mil km², equivalentes aproximadamente aos territórios da França e de Portugal.

O dado representa um crescimento de 2% em relação à confirmação da área devastada entre 2001-2002, percentual que está dentro da margem de erro do Inpe (entre 4% e 5%).

Apesar de estar abaixo da expectativa inicial, tanto do governo como de entidades ligadas ao setor, a estimativa ficou em um patamar "inaceitável", "gravíssimo" e "intolerável", de acordo com os ministros José Dirceu (Casa Civil) e Marina Silva (Meio Ambiente).

Em comparação com outras áreas contínuas de floresta tropical no mundo, em que pelo menos metade da mata já foi destruída, o dado de 16,3% parece reduzido. Mas é preciso levar em conta que se trata da maior extensão de floresta desse tipo, cerca de 4 milhões de km² -metade do Brasil.

Um grupo de 25 cidades em três Estados -Mato Grosso, Pará e Rondônia- concentrou praticamente 50% da área devastada em 2003, sendo São Félix do Xingu (PA) o campeão, com 1.332 km².

Mato Grosso lidera o ranking de desmatamento entre os Estados, com 10.416 km². Atrás vem Pará, com 7.293 km².



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo o governo, a maior parte do desmatamento em Mato Grosso é ilegal. Uma situação grave, porque é o Estado com o sistema mais avançado de licenciamento ambiental.

Do total desmatado em áreas protegidas, as unidades indígenas apresentaram aumento de 57,33% de devastação, representando 682 km². Desses, a maior parte está na área Apyterewa. Por outro lado, as áreas federais e estaduais tiveram retração, 23,45% e 6,10%, respectivamente.

"Pela primeira vez, o anúncio dos dados não é um ato isolado do ministério, mas uma ação de governo. [O desmatamento] não é algo que se resolve em um ano", disse Marina Silva. "Não estamos implantando ações que possam dar frase de efeito, mas que são estruturantes."

Como era esperado, a confirmação da área devastada em 2001-2002 também ficou abaixo da estimativa inicial, fechando em 23.266 km². Isso representa um aumento de 28% em comparação ao período 2000-2001. A marca divulgada no ano passado havia sido de 25.476 km², o que projetava um aumento de 40%.

O governo aponta entre as causas do desmatamento a expansão da pecuária e da agricultura, principalmente soja, a grilagem de terras públicas e a exploração predatória de madeira. Para combatê-las, o ministro José Dirceu disse que o governo tem o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.

O jornal "O Globo", no dia 08 de abril de 2004, publicou: "Amazônia já perdeu 16% de suas florestas":

"O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, anunciou ontem que entre agosto de 2002 e agosto do ano passado foram desmatados 23.750 quilômetros quadrados da floresta amazônica, conforme estimativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O número é 2% superior ao registrado no levantamento anterior. O desmatamento já atinge 16,32% da área total da Amazônia.

Como a diferença está dentro da margem de erro dos cálculos oficiais, que é de 4%, Dirceu sustenta que o governo pôs um freio no ritmo do crescimento das áreas desmatadas, mas reconhece que a devastação permanece num patamar elevado. Os números do Inpe revelam, entretanto, um dado preocupante: apesar da estabilização geral, houve um crescimento de 57,3% na área desmatada em reservas indígenas. (...)

O instituto fez os cálculos do desmatamento com base em 77 imagens obtidas por satélites. Os dados reais só vão ser divulgados no próximo ano, mas a estimativa é que o tamanho da área devastada na Amazônia Legal entre 2002 e 2003 é de 23.750 quilômetros quadrados. Ou seja, quase a mesma área desmatada entre 2001 e 2002, fase final do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

— A situação é preocupante, mas o mais significativo é que demos um breque no crescimento dos índices de desmatamento — afirmou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, também presente na solenidade, no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Palácio do Planalto.

Embora o período utilizado para os cálculos do Inpe corresponda apenas aos sete primeiros meses do ano passado, Marina acha que o desmatamento parou de crescer em virtude de conjunto de medidas adotadas pelo governo federal, pelos governos locais e também pela sociedade civil. Segundo ela, apesar das dificuldades do primeiro ano, o governo não ficou parado. Entre as medidas adotadas, ela destacou a intensificação da fiscalização. Há duas semanas, o governo também lançou um plano nacional de combate ao desmatamento.

Mato Grosso é o estado mais afetado - Como em anos anteriores, o desmatamento é atribuído a ação das madeireiras e à expansão da atividade agropecuária, principalmente com o aumento das pastagens e das plantações de soja. Segundo o secretário João Paulo Capobianco, o mais grave é que a maior parte da devastação das florestas ocorre em áreas públicas, invadidas por empresários.

O Inpe mostrou também que entre os estados com os mais altos índices de desmatamento estão Mato Grosso (10.416 quilômetros quadrados), Pará (7.293 quilômetros quadrados) e Roraima (3.463 quilômetros quadrados). “

O debate que ora requeremos com a Sra. Ministra do Meio Ambiente é de fundamental importância para o entendimento do assunto por esta Comissão, tendo em vista que foi noticiada a extinção da Secretaria de Coordenação da Amazônia, ao mesmo tempo em que foi anunciado o aumento do desmatamento na Amazônia.

Sala das Comissões, de abril de 2004.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame